

## CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO DISTRITO DE JOSÉ DE ALENCAR - CEARÁ – BRASIL

Charles Ibraim Cardoso Duarte<sup>1</sup>  
IFCE - campus Iguatu

Jonas Lima Maciel<sup>2</sup>  
IFCE - campus Iguatu

Cleiton Marinho Lima Nogueira<sup>3</sup>  
IFCE- campus Iguatu

### RESUMO:

Este artigo objetiva realizar um resgate histórico da formação territorial do distrito de José de Alencar (Iguatu – Ceará) identificando a presença de objetos espaciais em sua configuração territorial que ajudam a revelar parte da história do distrito. O artigo apresenta o contexto e os principais agentes que atuaram na ocupação do território, com ênfase nos processos socioespaciais que ocorreram no final do século XIX e início do século XX, período em que se registra o crescimento populacional e econômico do distrito, em virtude do aumento da importância da produção de algodão na economia cearense. Os procedimentos de pesquisa incluíram: revisão bibliográfica sobre rede urbana cearense e pequenas cidades, análise de documentos históricos, religiosos, escritos e iconográficos, entrevistas com estudiosos da história de Iguatu e visitas a campo para identificação e mapeamento de objetos geográficos representativos da história do distrito. Conclui-se que a partir do resgate histórico do distrito de Alencar pode-se entender melhor os processos de formação da rede urbana cearense e dos pequenos aglomerados humanos no sertão nordestino.

Palavras-chave: patrimônio, espaço geográfico, rugosidade.

GT 8 – Geografia histórica urbana

<sup>1</sup> Graduando do curso de licenciatura em Geografia do IFCE - campus Iguatu.

<sup>2</sup> Graduando do curso de licenciatura em Geografia do IFCE - campus Iguatu.

<sup>3</sup> Professor doutor do curso de licenciatura em Geografia do IFCE - campus Iguatu.

## 1 INTRODUÇÃO

Localizado no sertão centro-sul cearense, o distrito de Alencar é um dos sete distritos do município de Iguatu e possui atualmente uma população de aproximadamente 8.220 habitantes (IBGE, 2010). Em sua sede se concentra um incipiente comércio e a prestação de alguns serviços públicos (de educação, saúde e segurança), além de outras funções urbanas que atende, principalmente, as famílias que vivem em mais de 50 sítios da sua zona rural. Ao caminhar pelas ruas da sede, o transeunte, através da observação da paisagem, pode detectar a presença de objetos geográficos de diferentes temporalidades, como casarões antigos com arquitetura de influência europeia, uma igreja católica e diversas residências populares, além de uma linha férrea desativada<sup>4</sup> que atravessa todo o distrito. No entorno da sede visualiza-se o predomínio de ocupações dispersas em que a terra é notadamente utilizada na agricultura de subsistência com baixa produtividade. Uma das principais marcas do distrito de José de Alencar é a confluência do rural e do urbano.

Embora o distrito de Alencar possua pequenas dimensões demográficas e baixa representatividade econômica quando se observa na escala estadual ou nacional, ele é expressivo no que se refere ao entendimento de processos que desencadearam a apropriação do território e a formação de aglomerados humanos no sertão do Ceará. O movimento de ocupação das terras do distrito tem uma íntima relação com os processos que deram origem aos contornos da atual rede urbana cearense.

Esse artigo objetiva realizar um resgate histórico da formação territorial do distrito de José de Alencar, identificando a presença de objetos espaciais em sua configuração territorial<sup>5</sup> que ajudam a revelar parte da história do distrito. O artigo apresenta o contexto e os principais agentes que atuaram na ocupação do território, com ênfase nos processos socioespaciais que ocorreram no final do século XIX e início do século XX, período em que

---

<sup>4</sup> A linha férrea foi desativada para o transporte de pessoas em 12 de dezembro de 1988, mas prosseguiu a fazer o transporte de cargas, sendo desativada totalmente em julho de 2013.

<sup>5</sup> É parte dos sistemas de objetos que compõem o espaço geográfico de forma indissociável dos sistemas de ações. Os objetos da configuração territorial podem ser naturais (sujeitos a transformações pela ação humana) ou artificiais (criados pelo homem) (SANTOS, 2008).

se registra o crescimento populacional e econômico do distrito, em virtude do aumento da importância da produção de algodão na economia cearense.

O artigo se divide em três partes. Na primeira, é realizada uma contextualização histórica e geográfica dos primeiros processos de ocupação do sertão nordestino e cearense com o objetivo de se entender melhor os primeiros movimentos de apropriação transformação do espaço no município de Iguatu e mais especificamente no distrito de José de Alencar. Na segunda parte serão enfatizados os processos políticos e econômicos que influenciaram na formação das primeiras aglomerações humanas no território. Também serão apresentadas algumas marcas espaciais desse período inicial de ocupação, o que nos termos de Santos (2008, p. 140) é entendido como *rugosidades*.

Chamemos de rugosidade ao que fica no passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como forma isolada ou como arranjos. [...]. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passada (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos do tipo de capital utilizado e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

À luz das contribuições teóricas de Santos (2008) compreende-se que as marcas espaciais presentes na paisagem do distrito são momentos das relações sociais geografizadas. Contudo, essas marcas não sintetizam apenas processos que ocorrem no próprio distrito, tornando necessária a compreensão de mudanças políticas e econômicas que ocorrem em outras escalas espaciais, em diferentes períodos.

Sobre esse último aspecto Abreu (1998 p.88) em seus escritos sobre memória das cidades destaca:

A história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná- los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Isto não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização.

Partindo dessas concepções, foram definidos alguns procedimentos de pesquisa que incluíram: revisão bibliográfica sobre rede urbana cearense e pequenas cidades, análise de documentos históricos, religiosos, escritos e iconográficos, entrevistas com estudiosos da

história de Iguatu e visitas a campo para identificação e mapeamento de objetos geográficos representativos da história do distrito. De acordo com Abreu (1998 p.87):

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade.

A partir dessa perspectiva, pretende-se fazer um resgate do passado através de uma abordagem geográfica, objetivando a compreensão dos processos de transformação e apropriação do espaço no sertão nordestino e vislumbrando os modos como as configurações territoriais forjadas ao longo de diferentes momentos interferem na vida dos moradores de pequenos núcleos de ocupação humana.

## 2 IGUATU, O DISTRITO JOSÉ DE ALENCAR E OS PRIMÓRDIOS DA REDE URBANA CEARENSE

As tentativas de colonização do território cearense aconteceram de forma tardia e o sistema de capitanias hereditárias<sup>6</sup> não promoveu a sua ocupação efetiva. Uma significativa apropriação de parcelas do território só ocorreu no final do século XVII, mediante o crescimento das atividades de agropecuária e agricultura (especialmente a criação de gado). Conforme esclarece Nogueira (1985) a ocupação tardia do Ceará se deu dentre outros fatores pela densa vegetação ainda inexplorada, o clima e a escassez de água (as primeiras regiões habitadas foram nos vales de rios) e a grande resistência indígena para com os colonizadores, como indica o mesmo autor (1985, p. 20):

Foram estes e outros, de resto, os primeiros passos que antecederam a entrada ao sertão – o sertão cheio de surpresas e obstáculos, sendo o maior destes a resistência indígena, em geral, hostil (e com razão) ao colonizador que fazia da violência e da ambição imoderada a base de seu sucesso.

No período colonial, as principais atividades econômicas desenvolvidas no território cearense se estabeleceram no sertão, afastadas do litoral, incorporando o Ceará à economia

---

<sup>6</sup> Primeiro sistema administrativo implantado por Portugal no Brasil Colônia, em 1534, consistia em ceder grandes extensões de terras a Capitães donatários, responsáveis por administrar, defender e desenvolver atividades econômicas a fim povoar o território, no entanto fracassou por falta de recursos.

colonial através da sua função de produtor de gêneros subsidiários, especialmente a produção de carne para consumo nas capitanias do litoral que concentravam proeminente produção açucareira para exportação.

A povoação do interior do Ceará se concretiza no final do século XVII com a implantação de fazendas para produção de gêneros subsidiários, especialmente nos arredores dos vales dos Rios Jaguaribe e Acaraú, onde ocorria uma maior disponibilidade de água. Essa proximidade dos rios era essencial para viabilidade da atividade agropecuária no semiárido cearense, onde predominava a escassez de água e irregularidade na distribuição temporal e espacial das chuvas.

A criação de redes de proximidade territorial que ligassem os territórios de produção (sertão nordestino) e de consumo (litoral com produção açucareira) tornou-se necessária para efetiva incorporação do sertão nordestino a divisão colonial do trabalho. Desse modo o espaço cearense foi atravessado por caminhos, as “estradas de boi”, que ligavam às fazendas de gado às áreas de consumo do litoral Pernambucano e para áreas portuárias. A criação desses caminhos deu os contornos iniciais da formação da rede urbana cearense no século XVIII. Souza (2006) em artigo sobre a rede urbana cearense indica que

as cidades surgem e evoluem inseridas nesse processo de expansão econômica. Alguns núcleos urbanos têm origem na implantação das atividades ligadas à defesa do território, evoluindo com a instalação das atividades administrativas como, por exemplo Fortaleza. Outros surgem com as fazendas de gado e o crescimento dos entrepostos comerciais e alguns com missões no período coloniais. (p.13).

**Figura 1: Principais rotas do Ceará no Séc. XVII**



Fonte: Dantas (2002)

Dantas (2006) apresenta a peculiaridade da ocupação do sertão nordestino. De acordo com o autor, ao contrário do que aconteceu nas principais capitanias nordestinas (Pernambuco e Bahia) onde se desenvolveu uma rede urbana de caráter dendrítico (com uma cidade primaz litorânea e com presença de importantes portos que estabelecem relação com a Europa) no Ceará, nas palavras do autor houve “uma dominação do litoral pelo sertão” (p.164). Ainda de acordo com Dantas (2006)

Por constituir-se, o litoral, como tributário e dependente do sertão, o estabelecimento de portos no Ceará e das cidades que os controlavam (Aracati com sua zona portuária, situada a três léguas desta cidade, e Sobral dominando os portos de Camocim e Acaraú a partir do sertão) resulta do reforço do sertão como zona produtora de carne-seca e de outros produtos destinados ao mercado regional. (p. 163)

As terras que compreendem atualmente o município de Iguatu, antes do século XVII, eram habitadas em quase sua totalidade pelos índios da tribo Quixelô. Esses nativos eram nômades como cita Nogueira (1985), não admitiam contato com nenhuma outra tribo e muito menos com colonizadores. Segundo o autor, os índios dessa tribo roubavam cabeças de gado, invadiam as propriedades e atacavam seus moradores.

A Ribeira do Quixelô (como eram chamadas as terras do atual município de Iguatu) teve seu primeiro núcleo de ocupação em 1681. A primeira fazenda passou a ser chamada de Quixoá e foi implantada por João de Souza<sup>7</sup>. No ano seguinte, outra fazenda denominada Sítio Irapuás foi instalada. As fazendas se localizavam próximas ao Rio Jaguaribe e a Lagoa do Quixoá favorecendo a produção agrícola e a criação de gado, atividades muito presentes à época (NOGUEIRA, 1985).

Inicialmente, as ocupações nas terras do atual território de Iguatu constituíam-se como pequenos sítios pouco povoados. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), em data ainda não precisa, mas possivelmente ao final do século XVII, foram construídas por colonos as primeiras residências onde hoje é a sede do município de Iguatu, mais precisamente o centro da cidade, sob liderança do Coronel Gregório Martins Chaves<sup>8</sup>.

Com a ocupação da Ribeira do Quixelô, foram se constituindo no decorrer do século XVIII algumas fazendas e povoados, entre esses um povoado onde hoje se localiza o centro da cidade de Iguatu, inicialmente chamado de “Telha”<sup>9</sup>, em razão das práticas de olaria muito presentes entre os aborígenes, que segundo Amorim (1996) eram usadas para diversos fins como construção de abrigos e utensílios.

Nesse povoado, em 1742 foi construído o primeiro patrimônio religioso: a capela de Nossa Senhora Sant’ana, a qual atualmente é a Igreja Matriz da cidade (NOGUEIRA, 1985). A construção da capela de Nossa Senhora Sant’ana dinamizou a vida social do povoado de Telha. Além das atividades religiosas, aconteciam na igreja outros eventos que envolviam a comunidade, como: reuniões políticas, assembleias e eleições.

O crescimento da Ribeira do Quixelô e do povoado de Telha ocorreu de maneira significativa para os padrões do sertão cearense. A proximidade do Rio Jaguaribe, a grande

---

<sup>7</sup> Sargento-mor que fez o pedido de data de sesmaria da Fazenda Quixoá (NOGUEIRA, 1985).

<sup>8</sup> Administrador-geral das terras da Ribeira do Quixelô e São Mateus (atual município limítrofe de Jucás), carecidas de pacificação para o seu desbravamento (NOGUEIRA, 1985).

<sup>9</sup> O povoado recebeu esse nome pelo fato das palhoças deixadas pelos índios Quixelôs após a expulsão dos mesmos eram frágeis e de fácil penetração de água da chuva, para protegê-las os colonos colocavam barro amassado sobre uma forma de madeira chamada cavalete, assim pelo fato de lembrar levemente uma telha, o povoado foi assim chamado (NOGUEIRA, 1985).

quantidade de lagoas e seu relevo pouco acidentado foram atrativos para proprietários de terra e gado que buscavam condições adequadas para exploração do território. A proximidade com a Vila de Icó, que apresentava um forte dinamismo econômico, impulsionou as atividades de criação de gado. De acordo com Neto (2009 p. 96) a Vila de Icó estava em posição geográfica privilegiada:

Por Aracati passava a estrada que vinha de Fortaleza em direção ao Rio Grande do Norte – a antiga Estrada Velha – e partia uma segunda em direção ao Icó – antiga Estrada Geral do Jaguaribe - passando pela vila das Russas, pela povoação de São João e de Santa Rosa. Já sabemos que o Icó acha-se no cruzamento da Estrada Geral do Jaguaribe e a Estrada das Boiadas. Do Icó, a primeira seguia na direção do Povoado de São Vicente das Lavras e do Povoado de Missão Velha, já no Cariri.

O povoado de Telha, gradualmente ia se constituindo como uma centralidade regional, pelo seu nível de desenvolvimento econômico, de acordo com Nogueira (1985 p. 61) tais fatores culminaram em um dos mais importantes acontecimentos daquele povoado: a elevação à categoria de vila. O autor destaca que:

De fato, foi no dia 25 de janeiro de 1853, sob a presidência do Tenente-Coronel Manuel da Costa Braga – Presidente da Câmara Municipal de Saboeiro, - que se deu a reunião solene para instalação da Vila, além da posse de seus vereadores.

A Vila da Telha sofreu inúmeras mudanças, houve a construção de diversos órgãos administrativos, o que marca a passagem para a categoria de Vila, como cartório, Câmara Municipal, reformas na capela e ampliação das atividades econômicas. A cobrança de impostos colaborou para o desenvolvimento da Vila e construção de algumas obras públicas como a casa de mercado e açougue e o “matadouro municipal” fortaleceu o desenvolvimento do comércio local (NOGUEIRA, 1985).

Em 1873, a Vila da Telha já apresentava um comércio relativamente desenvolvido, principalmente em razão de sua localização (distante de capital e entranhada no sertão cearense), com alguns estabelecimentos, as chamadas “bodegas” que ofereciam produtos básicos como frutas, legumes, verduras, carnes, bebidas, calçados e vestimentas. A pecuária e a agricultura permaneciam como atividades de destaque nesse período e os capitais gerados no setor primário ajudavam a dinamizar as atividades comerciais da vila recém instituída.

No ano de 1874, a referida Vila de Telha e outras fazendas e povoações como a de Bom Jesus do Quixelô (atual município de Quixelô) passaram à categoria de município tendo Telha como sede municipal. Inicialmente a vila e conseqüentemente o jovem município permaneceu com o nome “Telha”, pela lei provincial nº 1612, de 21-08-1874. Já por meio de outra de lei provincial<sup>10</sup> passou a se chamar Iguatu<sup>11</sup> a partir de 1883.

A elevação à categoria de município, para Nogueira (1985) foi o reconhecimento do desenvolvimento econômico que a antiga Vila alcançava, esse fator ocasionou profundas mudanças naquela sociedade, sejam elas sociais, políticas ou econômicas. Além do excedente agrícola que era exportado para municípios vizinhos vale destacar o fortalecimento das oligarquias políticas e econômicas e as várias transformações espaciais com o incremento de órgãos públicos e instituições privadas visando à produção de algodão.

Fincando-se no binômio gado-algodão Iguatu apresentou nos anos posteriores (início do século XX), grande importância para o estado do Ceará. Os capitais oriundos da produção do algodão tornaram-se os grandes pilares para o desenvolvimento da cidade no início do século XX, como afirma Lima (2011, p. 113):

[...] assinalamos que com a produção algodoeira, no período que se estende dos anos 20 aos anos 70 do século XX, ocorreu um processo de acumulação interna em Iguatu e no Ceará. É evidente que esta acumulação é uma acumulação ínfima perante a totalidade do capitalismo, mas na escala do município, foi propícia para uma série de transformações socioespaciais.

Na realidade, a riqueza no município de Iguatu, desde os seus primórdios como povoado sempre esteve concentrada em fazendeiros e comerciantes. No final do século XIX o cultivo do algodão, os grandes latifundiários foram beneficiados, tendo uma mão-de-obra abundante e um comércio lucrativo, crescente e que precisava que sua produção escoasse. A crise do abastecimento internacional de algodão, com a guerra civil americana, potencializou a produção de algodão para exportação, ajudando a dinamizar as economias do sertão na segunda metade do século XIX (DANTAS, 2006). A criação de uma rede de transportes que

---

<sup>10</sup> Lei provincial nº 2035, de 20-10-1883 (IBGE, 1959).

<sup>11</sup> Palavra de origem indígena que significa “água boa” ou “rio bom”. (NOGUEIRA, 1985)

ligassem o sertão produtor de algodão, ao porto de Fortaleza tornou-se necessária para a exportação do algodão para o mercado internacional, notadamente para Inglaterra.

De acordo com Verde (2010 *apud* LIMA 2011, p.122-123) a partir da década de 20 surgiram em Iguatu as primeiras usinas de beneficiamento de algodão, a Companhia Industrial de Algodão e Óleos (CIDAÓ) que foi inaugurada em 1924 é considerada a mais importante da história de Iguatu e se destacava pela produção não só da fibra de algodão, mas também do óleo e do babaçu<sup>12</sup>. É válido destacar o papel importante de outras indústrias do gênero em Iguatu a exemplo da fábrica Santa Margarida, a fábrica São José, a usina de Octaviano Jaime Benevides dentre várias outras.

Em razão disso, em 1910, foram inauguradas as estações da linha férrea que compreendia o território do município de Iguatu, sendo respectivamente inauguradas em 10 de julho a estação de Lages<sup>13</sup>, em 05 de agosto a de São José e em 05 de novembro a estação do distrito de Suassurana e a estação da Sede, localizada no centro da cidade. Logo comerciantes, grandes agricultores e políticos uniram-se a fim de juntar esforços para que a linha férrea de Baturité cortasse o território do Iguatu.

Inicialmente, a estrada de ferro não iria passar pelo território de Iguatu, entretanto, a influência do Coronel Belisário (político de atuação Iguatuense e aliado ao governador do Estado) fez com que a cidade fosse cortada pelos trilhos, driblando as dificuldades da engenharia da época, frente a geografia do local, construído uma ponte metálica<sup>14</sup> de uma margem a outra do Rio Jaguaribe em território iguatuense.

---

<sup>12</sup> Palmeira de coco duro e semente oleaginosa.

<sup>13</sup> A vila de Lages pertencia ao território de Iguatu, no entanto com a lei provincial nº 2035, de 20-10-1883, se desmembrou ganhando autonomia, hoje o território de Lages é o município de Acopiara. (IBGE, 1959)

<sup>14</sup> A ponte metálica sobre o rio Jaguaribe, foi inaugurada em 23 de janeiro de 1916, tendo a extensão de 160 metros, a ponte metálica também possibilitou a continuação do projeto de ampliação da estrada ferro de Baturité em direção ao sul cearense. (MONTENEGRO, 2010)

Após a construção da linha férrea e do seu funcionamento, intensificou-se ainda mais a dinâmica da cidade, principalmente mediante surgimento de novos comércios e de um maior público consumidor, já que Iguatu por um período foi o destino final da linha férrea, enquanto não se construiu a ponte metálica, como discorre Montenegro (2010, p.19):

Desde então, a nossa grei vem tirando proveito dessa grandiosa obra. Os primeiros anos após a inauguração foram de extrema euforia para economia local e para a população. Surgiram bodegas, lojas, pensões, cafés e, também, indústrias de beneficiamento de algodão, de beneficiamento de arroz, cerâmicas, olarias etc.

Algumas das transformações socioespaciais indicadas por Lima (2008) ainda hoje estão presentes na paisagem de Iguatu. As várias empresas instaladas para a produção de algodão, prédios e galpões e espaços de sociabilidade como o CRI (Centro Recreativo Iguatuense) que era usado para algumas festividades da época. A própria estrada de ferro (inaugurada em 5 de dezembro 1910) cortando a cidade e a ponte metálica que se tornou símbolo da cidade, permanecem como expressões espaciais do crescimento econômico de Iguatu no final do século XIX e início do século XX.

Tais fatores influenciaram a dinâmica de todo o município de Iguatu, incluindo o distrito de José de Alencar. A estrada de ferro corta o referido distrito e segundo o historiador Wilson Holanda Lima Verde<sup>15</sup>, após o advento da estrada o povoado de Alencar que era em minúsculas proporções cresceu vertiginosamente, recebendo imigrantes de diversas regiões do Ceará e de outros estados:

A linha férrea tinha como objetivo ligar a capital ao Cariri à Cidade do Crato, e Alencar depois de Iguatu era uma passagem do trem em direção a Várzea da Conceição, Cedro, Lavras da Mangabeira, Aurora, Juazeiro do Norte e Crato. Lá já havia uma povoação, era um ponto de parada, em 1916 é que foi inaugurada a estação, e essa estação deu vida ao antigo povoado que era em minúsculas proporções e com a chegada da estrada de ferro se desenvolveu em virtude dos operários que chegaram e das pessoas que começaram a habitar próximo à estrada de ferro. (LIMA VERDE, entrevista 01-02-2019).

A maior aglomeração do distrito se encontra nas proximidades da linha férrea, quase todas as residências têm a frente voltada para os trilhos. A rua principal do distrito do Alencar; Rua Francisco Holanda Montenegro, segue em paralelo a linha férrea, o que

---

<sup>15</sup> Historiador e antigo morador da cidade, conhecedor da História da cidade.

corroborar a importância e influência da implantação do transporte ferroviário para a formação territorial do local, inclusive moldando as direções de crescimento das habitações mais antigas, e estabelecendo o traçado das futuras ruas.

### 3 LATIFÚNDIO, ESTADO E IGREJA: EXPRESSÕES ESPACIAIS NO DISTRITO JOSÉ DE ALENCAR

A configuração territorial de José de Alencar segue o padrão de ocupação do interior cearense e esteve pautada principalmente na prática da agricultura e pecuária. De acordo com Wilson Holanda Lima Verde, as terras do distrito eram muito propícias para a agricultura, especialmente a plantação de arroz, bem como para a criação de gado, pois se encontra nas proximidades de vários corpos hídricos como o Riacho Carnaúba e a Lagoa Redonda. Além disso, na época chuvosa os roçados permaneciam por vários dias alagados favorecendo a cultura do arroz.

Nesse contexto, a história das primeiras ocupações das terras do atual distrito José de Alencar se confunde com a história de uma família: “os Holanda Montenegro”. Possuidores de grandes extensões de terra, detinham a maior parte do que hoje configura o distrito. Segundo Montenegro (2017) descendentes dos “Holanda Montenegro” compraram parte das terras da sesmaria de Jorge Mendes de Guimarães<sup>16</sup> no início do século XIX.

Uma das formas espaciais que revelam a presença da família na história e geografia do município é a presença de um das casas mais antigas. O casarão está localizado nas proximidades da igreja e da antiga estação do distrito e pertenceu a senhora Santana Holanda Montenegro.

---

<sup>16</sup> Antecessor do Sr. João Velho de Holanda Montenegro, patriarca da Família em Iguatu, foi um dos primeiros povoadores ao lado do sesmeiro João do Monte Bocal e dos Holanda Montenegro. (VERDE, 2019)

**Figura 3:** Residência da senhora Santana Holanda Montenegro.



Fonte: Ronald Batista. (2019)

A influência e as contribuições dos “Holanda Montenegro” na configuração territorial em José de Alencar era de tamanha expressividade que os principais objetos geográficos do distrito foram construídos por eles e/ou levam o nome de integrantes da família até a atualidade. Dentre estes patrimônios podemos citar a maternidade Santana Montenegro, a antiga Escola Francisco Holanda Montenegro e outros casarões mais antigos do distrito.

A família também possuía influência política que extrapola os limites do lugar, sendo aliada de importantes políticos do estado, como o então Deputado Adahil Barreto. A articulação com políticos de influência estadual possibilitou, através da figura de José Holanda Montenegro, conhecido como “Dr. Montenegro” a alocação dos recursos necessários para a construção da maternidade Santana Montenegro e outras obras que levaram infraestrutura para o distrito (MONTENEGRO, 2017). Neste contexto, parte significativa dos recursos foram conquistados através de articulações políticas, tendo o personalismo como característica evidente.

Andando pelas ruas de Alencar e conversando com moradores, percebe-se uma espécie de reverência da população quando se referem aos “Holanda Montenegro”, muitos citam que

eles foram grandes colaboradores para o crescimento do distrito, pois tinham posses de muitas terras e proximidade com políticos e outras autoridades cearenses. Especialmente, esse respeito se faz evidente na residência citada anteriormente, que permanece na paisagem do distrito e ficou conhecida como a “casa do alto” em razão de sua localização em terreno elevado.

A religiosidade também sempre foi um fator determinante nas relações de poder e transformações espaciais do distrito, em decorrência disso a primeira capela foi construída em 1918, nas terras de Raquel Montenegro por causa de uma promessa a qual foi alcançada a graça. Sendo assim a implantação da Igreja no distrito também se entrelaça por influência da família Montenegro. A referida capela foi reformada em 1942, como faz referência o Órgão da Ação Católica de Crato-CE - OAC (OAC, 1942, *apud* MONTENEGRO 2017, p. 408):

Debaixo do mais vivo entusiasmo, realizou-se, no dia 11, do corrente (janeiro), na próspera vila de José de Alencar, imponente solenidade religiosa. Naquele dia, inaugurou-se, ali, a nova capela, em honra de São Sebastião, padroeiro local.

Raquel Montenegro doou uma porção de sua terra que até hoje é patrimônio da Igreja Católica, no entanto, parte desse terreno foi desapropriado pelo Estado após o advento da linha férrea que cortava o terreno. Desse modo, a margem da ferrovia que se encontrava a Igreja era propriedade dessa instituição, já a outra margem era propriedade do Estado, que no decorrer dos anos foi sendo ocupada intensamente por habitações populares de imigrantes que trabalhavam nas atividades agropecuárias, especialmente no cultivo do algodão.

A igreja exerceu um papel de destaque na ocupação do território do distrito e ainda hoje se apresenta materialmente na paisagem de forma central. No entorno da igreja se desenvolveu de um incipiente centro de prestação de pequenos serviços e bens se estabelecem nas proximidades da Capela, tais como a escola de ensino fundamental e o Posto de Saúde do Programa Saúde da Família (PSF), serviços públicos, além de pequenos comércios que suprem as necessidades de compras e serviços mais simples do local, a exemplos de mercados, padarias, salões de beleza e lojas pequenas de diferentes ramos. Todos esses serviços atendem demandas básicas da população que vive na zona rural dos municípios, em pequenos sítios.

Cabe destacar que a referida igreja atualmente constitui um dos principais pontos do distrito, sua arquitetura foi projetada de acordo com os interesses das famílias dominantes, isso explica o fato da mesma ter três portas que apesar de ser uma característica comum a essas construções na época, reforçava o prestígio das famílias que tinham as portas da igreja de frente para suas residências.

**Figura 4:** Igreja de José de Alencar, inaugurada em 1918.



Fonte: Maria Débora Bezerra de Souza. (2018)

A ação do Estado em Alencar contribuiu significativamente para seu desenvolvimento. As transformações socioespaciais que ocorreram durante sua história mudaram a dinâmica do distrito. A construção do Açude Carnaúba nas terras do distrito em 1890 foi a primeira obra pública concluída no interior de Iguatu, fornecendo água a vários sítios e o então povoado de Alencar que cresceu demograficamente.

Com o desenvolvimento da cultura algodoeira em Iguatu e em todo o Ceará, José de Alencar foi contemplado em 1916 com a estação da linha férrea, essa estação era um ponto de parada na região, de pessoas que vinham da capital para o interior e vice-versa e de outros estados, desenvolvendo dessa forma o comércio e outros serviços no distrito.

Nos anos de 1930, chegaram ao Alencar as primeiras escolas. Apesar das atuais constarem datas mais recentes (da década de 1990). Fato é que algumas delas foram derrubadas como é o caso da antiga creche Moreno Pequeno, outras já não se encontram em funcionamento como a Escola Francisco Holanda Montenegro.

Em 1953 é chegada a energia elétrica a diesel. Em 1960 é implantada a primeira maternidade, onde hoje funciona uma Unidade Básica de Saúde. A construção desses patrimônios evidencia o crescimento de José de Alencar e a pronta necessidade de infraestrutura em virtude do crescimento a demanda de imigrantes e trabalhadores.

**Figura 5:** Antiga Maternidade Santana Montenegro.



Fonte: Montenegro (2017)

Do ponto de vista político-administrativo só em 1911 José de Alencar passou a categoria de distrito. Chamou-se primeiramente Serra dos Morais e posteriormente José de Alencar, no ano de 1938 passou a chamar-se apenas “Alencar”<sup>17</sup>, voltando a se chamar “José de Alencar” em 1951<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938 (IBGE, 1956).

<sup>18</sup> Através do decreto Decreto Estadual n.º 1.153, de 22-11-1951 (IBGE, 1956).

Nesse cenário, é perceptível a ação dos agentes modeladores do espaço em José de Alencar, e a relação entre eles. Além de entender as transformações no espaço propiciadas pelas famílias, igreja e estado é necessário entender as relações que estes estabeleciam e como isso acelerava o processo de povoamento e aquisição de infraestrutura para o distrito.

Esses agentes em Alencar frequentemente agiram em associação. A igreja, por exemplo, foi construída por Raquel Montenegro com ajuda de moradores locais em suas terras. A ação do Estado, que em muito contribuiu para o crescimento da ocupação do território, foi impulsionada pelo poder político que os Montenegro exerciam, tais relações se expressam em formas espaciais presentes na atualidade.

O poder das famílias influentes, de acordo com populares, atraíram fluxos e investimentos; a igreja católica transformou o espaço e ainda hoje exerce grande influência naquele lugar. Tais fatos associados explicam a formação territorial de José de Alencar e nos permitem fazer uma comparação do espaço entre o passado e presente e quais relevâncias esses patrimônios exercem nos dias atuais.

**Figura 5:** Mapa do distrito José de Alencar – Iguatu- Ceará

**DISTRITO JOSÉ DE ALENCAR - IGUATU - CEARÁ - BRASIL (2018)**



0 3.350 6.700 13.400 Km

- Casarão da senhora Holanda Montenegro
- Escola Francisco Holanda Montenegro
- Igreja de São Sebastião
- Antiga Maternidade



Fonte da imagem: Google Earth Pro (2018)  
 Mapa elaborado por: Nogueira, Cleiton M.L./Duarte, Charles/Maciel, Jonas.

Fonte: Autores (2018)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a partir do estudo da formação da rede urbana cearense pode-se compreender como se deu o processo de povoamento e emancipação de Iguatu e mais especificamente a configuração territorial do distrito José de Alencar. Pois as atividades econômicas desenvolvidas no restante do Ceará culminaram para o desenvolvimento dos núcleos urbanos interioranos.

A necessidade de terras propícias para a pecuária iniciou as povoações no interior principalmente nos vales dos Rios Jaguaribe e Acaraú. As terras que hoje compreendem o atual município de Iguatu, incluindo o distrito José de Alencar, pela proximidade ao Rio

Jaguaribe e a grande quantidade de lagoas foram povoadas principalmente em razão dessas atividades, além claro de outras atividades agrícolas.

A cultura algodoeira no Ceará, a partir do final do século XIX, proporcionou o crescimento de vários núcleos no interior, criando polos regionais, como Iguatu. Além das diversas mudanças econômicas ocorreram inúmeras mudanças socioespaciais no município, em José de Alencar as mudanças foram inúmeras.

Nesse contexto, a ação do Estado se fez presente no distrito principalmente durante o apogeu da cultura algodoeira, levando obras e infraestrutura para dar subsídio ao povoado que cresceu significativamente após a instalação da estação, migrantes de regiões vizinhas ocuparam as terras próximas à estrada de ferro e povoaram o distrito.

Outros agentes importantes para a configuração territorial do referido distrito foram os integrantes de famílias economicamente e politicamente influentes como é o caso dos “Holanda Montenegro” que eram detentores de muitas terras e tinham influência com políticos cearenses. Tal influência ainda é presente no imaginário popular e principalmente no espaço através de patrimônios, nomes de ruas e outros objetos do distrito.

Vale-se salientar também o papel da igreja católica na configuração territorial do distrito José de Alencar, ao seu entorno foram edificadas várias residências e pontos comerciais, na atualidade a igreja exerce centralidade na paisagem do distrito, configurando-se como um dos pontos mais importantes daquela localidade.

Por fim, é necessário destacar que a ação conjunta desses agentes modeladores do espaço atrelada ao contexto histórico, político e econômico de épocas passadas permitem-nos entender como se deu a configuração territorial do distrito de José de Alencar e quais influências esses fatores exercem na dinâmica e no espaço geográfico do distrito.

#### 4 REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, UFRJ/Laget, v. 3, n. 4, p. 5- 26, jan./jun., 1998.

AMORIM, Inês. **A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das olarias à Fábrica de Louça Fina**. In: Revista da Faculdade de Letras-História, 1996, II, 13, pp. 403-422.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **Iguatu: História**. Fortaleza, COPCULTURA, 1998.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2019. Disponível em: [http://www.al.ce.gov.br/agencia/noticia\\_completa.php?codigo=13417](http://www.al.ce.gov.br/agencia/noticia_completa.php?codigo=13417). Acesso em: 19/06/2019.

DANTAS, E. W. C. . **Mar à Vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. v. 1. 100p

DANTAS, E. W. C. . Rede urbana colonial cearense: uma crítica à noção de rede dendrítica. **Revista do Instituto do Ceará** , v. 120, p. 145-170, 2006.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16 p. 260-269. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_16.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf) Acesso em: 20/06/2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/configuracao\\_territorial.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/configuracao_territorial.htm). Acesso em 06/07/2019.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **PRIMÓRDIOS DA REDE URBANA CEARENSE**. Mercator, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 77 a 102, oct. 2009. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/40>>. Acesso em: 08 mar. 2019

LIMA, Átila Menezes. **A Geografia histórica de Iguatu-CE: Uma análise da cultura algodoeira de 1920 a 1980**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Geografia-UECE) Fortaleza, 2011.

MONTENEGRO, José Hilton Lima Verde. **A estrada de ferro de Iguatu- 100 anos**, Fortaleza: expressão Gráfica e Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Dr. Montenegro: família, história e medicina**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

NOGUEIRA, Alcântara. **Iguatu: Memória sócio-histórico-econômica**. 2 ed. Fortaleza: [s.n.], 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, M. E.; MEIRELES, A. J. de A. (orgs.). **Litoral e Sertão**, natureza e sociedade no Nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

VERDE, Wilson Holanda Lima. Entrevista realizada no dia 01-02-2019. Entrevista em lócus.